

**Ofício Circular nº 035/2021-CAO-SAÚDE/GAB**

Goiânia, 17 de maio de 2021.

Excelentíssimo(a) Senhor(a)  
**Promotor(a) de Justiça**  
Ministério Público do Estado de Goiás

*Ref.: Campanha de Vacinação da COVID-19*

**Senhor(a) Promotor(a),**

A par de respeitosamente cumprimentá-lo(a), pelo presente, encaminho, à Vossa Excelência, para ciência, o **Ofício Circular nº 549/2021 – SES**, da lavra da SUVISA-GO, contendo orientações para utilização das vacinas contra COVID-19 do laboratório Sinovac/Butantan, acompanhado de vídeo gravado pela Presidente do COSEMS-GO, bem como o **Décimo Oitavo Informe Técnico do Ministério da Saúde**, com orientações técnicas relativas à continuidade da campanha nacional de vacinação contra a COVID-19.

Ao ensejo, destaco que o mencionado Ofício Circular foi encaminhado aos Municípios Goianos, orientando os respectivos gestores a utilizarem as duas últimas remessas da vacina Sinovac/Butantan para aplicação como 2ª Dose (D2) e que, se houvesse sobra, poderiam utilizar como 1ª Dose (D1), desde que assegurassem/armazenassem a 2ª dose para administrar no intervalo recomendado pelo laboratório produtor<sup>1</sup>, porquanto, segundo o 18º Informe Técnico do MS, que também segue anexo, “NÃO HÁ PREVISÃO DE ENTREGA DE NOVAS DOSES DAS VACINAS ASTRAZENECA/FIOCRUS e SINOVA/BUTANTAN, além daquelas apresentada no Quadro 1” do mesmo documento.

Ainda segundo o Ministério da Saúde “*é de responsabilidade dos gestores as manifestações exaradas nas CIB*”, sendo que as “*ações de descumprimento ao PNO NÃO MAIS SERÃO REPARADAS PELO MS, uma vez que prejudicam a ordem voltada à interrupção da pandemia*”.

<sup>1</sup> Ex: Recebidas 100 doses, aplicadas 70 como D2, das 30 restantes, 15 poderiam ser aplicadas como D1, armazenando as outras 15 para fins de aplicação como D2.

Assim sendo, sem prejuízo das devidas orientações que os órgãos estaduais e a competente representatividade – SUVISA/SES-GO e COSEMS-GO – estão providenciando, notadamente através das Regionais de Saúde, sugere-se, caso assim entenda conveniente e necessário, que as informações registradas no presente sejam reforçadas junto à gestão pública local, na perspectiva de se minimizar as falhas nas ações de operacionalização da campanha de vacinação contra a COVID-19, lembrando-se, inclusive, a importância de que referidos assuntos sejam discutidos e deliberados pelos gestores em sede das reuniões das respectivas Comissões Intergestores Regionais – CIRs, conforme preconizam as normativas do SUS.

Na expectativa de estar prestando o devido auxílio, reitero que toda a equipe desta Área de Atuação permanece à disposição para o que se fizer necessário.

Atenciosamente,



**Karina D'Abruzzo**  
Promotora de Justiça  
Coordenadora da Área da Saúde - CAO/MPGO